

Volta Redonda é uma afirmação da nossa capacidade técnica e construtiva. Um pugilo de patriotas, tendo à frente a figura invulgar do Cel. Edmundo Macedo Soares e Silva, idealizou e planejou essa obra e, vencendo pessimismos, destruindo obstáculos, desmentindo lendas, está realizando-a.

A impressão geral foi de que Volta Redonda é uma coisa definitiva. As máquinas estão quase montadas, os edifícios construídos, a matéria prima conseguida e o transporte assegurado. A Companhia tem minas, navios e vagões ferroviários. Devemos, pois, nos compenetrar dessa verdade;

e nos orgulhemos desse triunfo. Precisamos formar uma consciência siderúrgica, pois somente são grandes, ricos e poderosos os países que possuem uma firme indústria básica.

Cansados embora das longas caminhadas e das inúmeras escadas subidas e descidas, atordoados pelos números, com os olhos cheios de máquinas e construções, regressaram os visitantes com a certeza de que o Brasil deu o primeiro passo decisivo para a sua emancipação econômica. Todos os brasileiros devem prestigiar Volta Redonda, dando-lhe o máximo de apoio e fazendo tudo para impedir que esse empreendimento caia em mãos de interesses estranhos à nossa coletividade.

O serviço público visto por um acadêmico

O Sr. Vianna Moog no almôço que lhe foi oferecido, há meses, pelos agentes fiscais do impôsto de consumo do Distrito Federal, por motivo de sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, pronunciou o discurso, que abaixo transcrevemos, onde focaliza aspectos da vida de fiscal do impôsto de consumo, desde o tempo em que era guarda-fiscal interno da Repressão do Contrabando, adido à Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul.

"Meus colegas, meus amigos: — Poucas vezes na minha vida já experimentei mais forte júbilo do que aquele que tomou conta de mim no dia em que li a notícia de minha nomeação para agente fiscal do impôsto de consumo. Aquela manhã de dezembro de 1926 — uma manhã húmida e sombria de sexta-feira, — em que os jornais portadores da notícia irromperam na água-furtada de uma casa de cômodos de Pôrto Alegre, arrasando os planos do então jovem guarda fiscal interno da Repressão do Contrabando adido à Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul, que se aprestava a perder o ponto e passar o dia estudando o seu direito internacional público, para o exame que lhe daria acesso ao terceiro ano da Faculdade; aquela manhã ficou como uma das mais consistentes e marcantes de minha carreira, inútil parece advertir-vos que esse não foi mais para mim um dia de estudo, mas de alegria e de alvoroço. A notícia da sexta-feira — dia que me tem sido particularmente propício vinha por têrmo às dificuldades econômicas, às duras dificuldades econômicas de minha primeira mocidade. Agora tudo ia mudar. Se as graças não haviam acudido com mirra e incenso e cornucópias de ouro ao lar em que nasci, se tudo até então havia sido contratempos e embaraços para o desdobramento normal de meus pendores, agora eu estava ali com apenas vinte e um anos e já estava com o problema da subsistência, que perturba as naturezas mais harmoniosas, influindo-lhes no julgamento, inteiramente resolvido. Estava ali, e já era príncipe da República, nome que se dava, então, aos agentes fiscais do impôsto de consumo, num tempo em que ainda não havia, como hoje há, incompatibilidade legal entre o cargo que ia exercer e a profissão de advogado para a qual eu me preparava. Uma situação definida, despreocupação pelo futuro, vagas ambições de que nunca precisei corar, porque nenhuma, verifico-o agora, ultrapassava os limites

de minhas possibilidades, eu podia tranquilamente aguardar a minha entrevista com o futuro. Aguardar e confiar, confiar e esperar.

Depois disso, como sabeis, muita coisa tem ocorrido em minha vida, coisas boas e coisas más, as boas felizmente sempre superando as más, tanto a natureza humana é feita para diluir nos instantes de euforia a lembrança daquilo que queremos esquecer. Depois disso, também sabeis, na minha vida tem havido altos e baixos, algumas promoções e também algumas remoções. Creio mesmo que já fui um dos fiscais mais removidos do Brasil. Começando por onde outros acabam, eu corri o risco de acabar por onde os outros hoje começam. Nenhuma promoção, porém, para não falar nas remoções, nenhuma satisfação pública, nem mesmo a minha recente eleição para a Academia Brasileira de Letras, que me tem valido tão grandes alegrias e tamanhas provas de afeto, foi recebida com tanto alvoroço quanto essa primeira nomeação para a carreira em que, contra a minha própria expectativa, me venho mantendo vai já para vinte anos.

Poderia concluir-se daí que nunca uma nomeação foi ao encontro de uma mais forte vocação. A conclusão, porém, seria exagerada. A verdade, é bem diversa. O que me seduzia no cargo — aqui que ninguém nos ouça e o diabo seja surdo — era apenas o capítulo das vantagens dos agentes fiscais, o único capítulo em que sempre me senti mais ou menos forte em matéria de regulamentos. Eu ignorava então, os outros capítulos, o capítulo escrito dos nossos deveres e responsabilidade e o não escrito das nossas desvantagens, que não são poucas nem pequenas.

Desvantagens? E' o que muitas vèzes pensei e por vèzes as próprias vantagens de ordem pecuniária chegaram a avultar aos meus olhos como tremenços inconvenientes, porque me amolecia ma iniciativa de procurar rumos que eu julgava, e comigo muitos dos meus amigos, mais consentâneos com o meu temperamento. Hoje, porém, depois desses anos andados, verifico que para mim tudo foram benefício e vantagens na carreira. Não sei mesmo de ninguém que tenha sido nestes últimos tempos mais beneficiado do que eu.

O vosso excelente intérprete, há pouco, falou nos dons da minha intuição. Sob êste aspecto eu creio que o iludi a êle, como em outros tenho inconscientemente enganado a muitos dos nossos críticos. A mim é que não engano.

Aquilo que num dos meus trabalhos êle aponta como pura intuição, eu sei que é mais experiência do que intuição, é quase só experiência, uma experiência que eu devo em grande parte às chamadas desvantagens do nosso cargo. Com efeito não fôssem as remoções com que o agente fiscal teve de responder pelas culpas do cidadão, obrigando-me a percorrer o Brasil de norte a sul e quase de leste a oeste, a vê-lo de um modo e de outro modo na variedade de seus aspectos, e os dons de minha intuição de nada me teriam valido para a minha interpretação do Brasil e da literatura brasileira. Tudo quanto digo nessa interpretação, tudo foi visto e sentido e vivido, profundamente vivido.

Transferência e remoções

Eu não teria chegado às conclusões a que cheguei sem ter visto o Brasil. E eu vi o Brasil. Quando em consequência dos acontecimentos revolucionários de 1932, removido primeiro da capital do Rio Grande do Sul para a capital do Amazonas; depois, a capital do Piauí, que só conheço por decreto, para o interior do Amazonas; mais tarde, dois anos mais tarde, do interior do Amazonas para o interior de Minas Gerais, em seguida, do interior de Minas Gerais para o interior do Rio Grande do Sul, por onde eu começara; ao apartar-me do ambiente normal de minhas cogitações, não poderia nunca imaginar entre os dissabores e amarguras daquela hora, os benefícios de ordem moral e espiritual que me estavam reservados. Longe andava de supor que, com a partida para o Amazonas, início de um longo exílio dentro da pátria, eu iria realizar o melhor e o mais fecundo de todos os aprendizados: o aprendizado do Brasil.

Sim, eu vi o Brasil. Vi a Amazônia, essa Amazônia faiscante de promessas dos livros de leitura, que anunciam como o futuro celeiro do mundo, tal como ela é: fechada, úmida, sombria e mal preparada para o homem. Vi o sertão comburido pela seca reverdecendo às primeiras chuvas do inverno. Vi, recortado de portos e enseadas, o nosso litoral. Vi as montanhas mineiras rebrilhando ao sol. Vi as nossas cidades, as modernas e as antigas, as modernas cheias de vida, de chaminés e de trepidação, as antigas cheias de tradições e passado, ensinando-me a história de nossa formação em poucos instantes de contemplação emotiva de seus monumentos arquitetônicos, de suas igrejas e de seus campanários. Vi os nossos rios, as nossas serras e os nossos vales, a planície e o sertão, o litoral e a montanha, a cidade e o campo. Vi o Brasil.

Dentro dêste cenário vi também o homem. Vi o caboclo bronzeado, bandeirante ainda não teatralizado, em luta contra a selva. Vi o nordestino, piloto de minúsculas jangadas, em luta contra o mar. Vi o imigrante, cooperando com a sua carne e, o seu sangue para a construção de um Brasil bem brasileiro, que nas retortas dos seus diferentes meios geográficos vem preparando, com a contribuição de tôdas as raças, o tipo étnico, rijo de corpo e alma que os meus olhos deslumbrados taimam em entrever no futuro, por sobre as endemias, as enfermidades, o analfabetismo, as desigualdades sociais, a fome, a miséria, e todos os flagelos que nos afligem. Trago por isto, e apesar de tudo, revigorada a minha crença no nosso destino.

Portanto, não houve intuição. Tudo foi fruto da experiência.

Aparentes desvantagens

Agora no que o vosso intérprete não se deixou enganar e iludir é precisamente naquilo em que eu mais tenho iludido e enganado aos meus desprevenidos patricios e no tocante à minha por vêzes muita gabada cultura. Sou-lhe muito reconhecido pela gentileza de não haver neste ponto carregado nas côres e nas tintas, aprofundando o meu segredo, num país arrasado pelo preconceito da cultura e da erudição. Eu, porém, é que, já agora, não tenho por que não confessar que a minha falta de erudição e de cultura é muito maior do que a que êle apenas entreviu. Neste particular poderia iludir a todo o mundo, menos a mim mesmo. Chego por vêzes a pasmar tenha conseguido alguma reputação de homem culto quem tem tamanha consciência, já não digo de sua ignorância, mas do muito que podia ter avançado e não avançou nos domínios da pura erudição. Não que não me sinta constantemente tentado a suprir com longas e vagarosas leituras o infinito que me falta. Pelo contrário, a seguir os impulsos dos meus pendores naturais e a "sacra fames" de saber que nunca me abandonou, eu poderia hoje passar razoavelmente ao mesmo por erudito. Se não o sou, não é por culpa minha: a culpa, se é que se pode falar de culpa em tais casos, é do tempo que me tomam os meus deveres fiscais, o qual, por mais que eu procure reduzi-lo, acaba sempre implacavelmente interferindo com as minhas leituras e os meus planos de estudo. Não creio, entretanto, que isto fossem só desvantagens. Estou mesmo convencido que foram antes vantagens. E que vantagens? O que tenho aprendido de pasta debaixo do braço, os regulamentos fiscais, as cadernetas de cadastro e de estatística dentro da pasta, pelos caminhos, pelos rios e pelas estradas do Brasil! E' um saber que os livros nunca me teriam ensinado. São aulas ambulantes de economia política, de finanças, de sociologia, de psicologia e de história. Aprende-se mais muitas vezes num só dia de fiscalização do que em cinco anos de Faculdade. Problemas que nos pareciam intrincados nos compêndios tornam-se de repente claros em poucas horas de exame de uma simples escrita fiscal. Câmbio negro, lucros extraordinários, trusts, injustiças sociais, protecionismo e livre-combismo, a origem da fome, da doença e da miséria, são enigmas que desaparecem diante das colunas rígidas de um Razão ou de um Diário.

Muitas coisas nos escapam, mas o que aprendemos nestas andanças, entrando em contacto com banqueiros e capitalistas, com atacadistas e varejistas, com industriais e artezãos, gente da alta finança e da burguezia progressista, com quitandeiros e botiquineiros, moços de escritórios e de balcão, capazes e operários, dá-nos algumas noções essenciais dos problemas que se entrelaçam, uns esclarecendo os outros, permitindo-nos uma visão incomparável do conjunto. Não creio que nos gabinetes se possa realizar aprendizado mais fecundo.

Para o escritor, nenhuma melhor escola do que a da fiscalização. Somos incompatíveis com as torres de marfim. Não podemos viver encastelados entre muralhas de livros e grossos in-folios, numa respeitável e convencional distância da vida quotidiana, afinal de contas o melhor de todos os livros e o mais sábio de todos os mestres. Somos do batente. Somos dos fatos. Para nós o sol, o amigo sol, o irmão sol, de S. Francisco de Assis, "o claro sol, amigo

dos heróis” de Antero de Quental, “o astro rei” dos antigos, é apenas sol, o sol que marca o horário de nossas andanças. O mar, “o velho mar selvagem de nossas praias solitárias” de Vicente de Carvalho, não é para nós o salso elemento, mas apenas o caminho da exportação e da importação, e das descargas de sal. E não nos é dado atribuir à lua a função de boia luminosa desses espaços infinitos com chamá-la de “atalaia ofélica dos viajores perdidos”.

Para nós, o sol é sol, a lua é lua e o mar é mar mesmo, como em nossos autos de inflação sal é sal e vinagre é vinagre e sêlo é sêlo.

O vosso orador, o meu querido amigo Castilhos Goy-cochêa, acaba de provar, brilhantemente, como já tem provado em seus livros a exatidão deste fato. Sabem-no os nossos colegas Mucio Leão, doublé, como eu, de agente fiscal e de acadêmico, José Lins do Rêgo, Armando Fontes e Rafael Correia de Oliveira, em cujos triunfos literários a nossa classe se revê. Como já o sabia em 1930 o nosso Andrade Queiroz, a despeito da malvez que andou praticando comigo, incutindo-me o vício depravado da palavra escrita, com atrair-me, calouro, anônimo e inexperto, para o suplemento literário do “Diário de Notícias” de Pôrto Alegre, que êle então dirigia.

O agente fiscal Cervantes

Mas, o nosso colega Cervantes, Miguel de Cervantes Saavedra, agente fiscal do imposto de consumo na Espanha, no século XVI, é que sabia disso mais do que ninguém. E como o aprendeu? Fiscalizando. Foi no exercício de suas funções que consistiam em assitir ao recolhimento do trigo dos armazéns eclesiásticos para os armazéns reais, que percorreu todo o sul da Espanha, entrando em contacto com vendedores, camponeses, ciganos, cabreiros, bacharéis, curas, barbeiros, a multidão, enfim, dos tipos que iam formar mais tarde o panô de fundo do seu D. Quixote.

Foi no desempenho do cargo que Cervantes conheceu as desvantagens de toda a ordem e os grandes sofrimentos morais que o haviam de transfigurar e glorificar. Em 1594, na qualidade de fiscal, Cervantes conferiu a um comerciante amigo o encargo de remeter certa importância ao Tesouro de Madrid. A falência do comerciante, sem desincumbir-se do mandato, fez com que um dos tribunais da corte mandasse instaurar processo contra êle.

Para as letras, este infortúnio de Cervantes representou um momento decisivo: foi nêle que lhe surgiu a idéia milagrosa do D. Quixote.

Como isto aconteceu, é êle mesmo quem o diz no prólogo do livro, aludindo às suas lucubrações no cárcere:

“Que podia engendrar o meu estéril e mal cultivado engenho, senão a história de um filho sêco, avelhantado, e cheio de pensamentos vários e nunca imaginados por nenhum outro?”

Que pensamentos vários e nunca imaginados serão esses?

Não é difícil desvendar a causa provável do mistério. Cervantes, embora dotado de gênio e talvez por isso mesmo, era humano, profundamente humano. Recolhido ao silêncio, por certo que fez o que costuma fazer o comum dos ho-

mens nas horas vazias do cárcere: considerou sobre a própria vida.

Por que estaria reduzido a isso, no fundo de uma cela, êle, Cervantes, D. Miguel de Cervantes Saavedra? Lá, “onde toda a incomodidade tem o seu assento e onde todo triste ruído faz a sua habitação como êle diz no prefácio do D. Quixote, a memória devolve à razão os fatos do passado, submetendo-os a julgamentos implacáveis. Nada escapa a exame. Desfilam pela retina da consciência todas as etapas de um passado extinto. Voltam à tona todos os pensamentos adormecidos no subconsciente. A faculdade julgadora adquire de repente uma acuidade assombrosa.

Se é certo que o cárcere ensina a ver as coisas como elas são, a consciência implacável de Cervantes lhe terá revelado esta verdade denunciadora do equívoco de toda a sua existência; andara de olhos postos no céu, num tempo em que todos andavam de pés bem firmes na terra:

“*Crevendo à mi deseo, di al camino.*

Los piés, porque di al viento la cabeza”

Estava descoberta a origem de seus males. Nessa viagem de circunavegação em torno da própria vida, Cervantes parou junto à fonte perene do humour: a eterna antítese entre o ideal e a realidade. Agora tudo se lhe tornava claro, compreensível. Ninguém lhe fizera mal algum. O mal vinha da realidade a que não soubera acomodar-se.

Na prisão, um longínquo cavaleiro andante fugido da idade média, reconhecia, num instante de extrema lucidez, que não havia mais lugar para os ideais que tanto acalentara. Tarde apurava o erro, já que de *un error siempre se empieza*. Mau chegara para o gênio o seu momento musical. Cervantes descobrira Cervantes. Daí o D. Quixote.

O engenho fidalgo Dom Miguel de Cervantes Saavedra recupera a razão. Transfere, porém, para o aplauso dos séculos, a sua loucura sagrada de cavaleiro andante para o engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha da ficção.

Os Evangelhos e o Fisco

Como se vê, o nosso colega Cervantes legou à classe um grande exemplo e uma grande advertência: no exercício de nossas funções, por força dos próprios regulamentos, não podemos confiar em ninguém, muito embora nos tornemos profundamente antipáticos, e incômodos, com a nossa falta de confiança e bisbrotice, aos beneméritos do câmbio negro e da indústria das fraudes, que tanto debateram contra a indústria das multas, esquecidos de que uma supõe a outra.

Quanto a isso nada podemos fazer. Não está em nossas mãos aplacar-lhes a antipatia. De resto, ela vem de longe, de muito longe. Vem desde o dia em que primeiro apareceu sobre a face da terra esta coisa execrável que se chama imposto e esta coisa não menos execrável que se chama fisco. E' uma situação que já encontramos entre os romanos há dois mil anos, quando ainda não éramos chamados agentes fiscais do imposto de consumo, nem príncipes da República. Éramos os *publicanos*, os réprobos, os apóstatas, sempre acusados de cobiça e concussão, profundamente odiados pelos fariseus. Então como hoje e como sempre, todos nos acusavam, ninguém nos defendia, Nin-

guém? Não, a acreditar nos Evangelhos, houve um certo rabi da Galiléia que teimava em ficar do nosso lado. Um dia os fariseus lhe propuzeram esta questão:

“Mestre, nós sabemos que tú és amigo da verdade, que não fazes acepção de pessoas; e que ensinas o caminho de Deus segundo a verdade.

“Dize-nos: é lícito pagar tributo a Cesar ou não?”

O rabi, sereno e tranqüilo, ordenou:

— “Mostrai-me a moeda do tributo”. E pousando os olhos na moeda, onde de um lado figurava a effigie resplandecente de Tibério Cesar e no outro a inscrição “Tiberius Caesar Augustus, Divi Augusti Filius”, perguntou:

— “De quem é esta imagem e a inscrição?”

— “De Cesar” responderam.

— “Dai, pois, a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus”.

Mas não foi esta a única vez em que o estranho rabi mostrou simpatia pela nossa classe.

De outra feita contou aos seus discípulos esta parábola:

“Dois homens subiram ao templo para fazerem oração: um era fariseu, o outro publicano. O fariseu, em pé, orava assim consigo mesmo: — Eu te dou graças, meu Deus, por não ser como o resto dos homens, ladrões, injustos, adúlteros, nem mesmo como esse publicano. Eu jejuo duas vezes por semana e dou o dízimo de tudo quanto possuo.

“O publicano, porém, conservando-se à distância, nem sequer ousava levantar os olhos ao céu; mas batia no peito, dizendo: Meus Deus, tem piedade de mim, pecador!

“Digo-vos que este voltou para casa justificado, e não o outro.

“Porque todo aquêlê que se exalta será humilhado, e todo aquêlê que se humilha será exaltado.”

Discípulo de São Tomé

Era, por aí se vê, uma preferência escandalosa pelo publicano. Não faltará quem diga que esta simpatia do galileu por nossa classe não era espontânea, mas provocada por seu discípulo Mateus, que fôra publicano, e que para seguir o Mestre, ao que se saiba, nunca renegou a sua classe, devendo por isto ser considerado com toda a justiça o nosso verdadeiro patrono. Entretanto, não nos ficaria mal conceder também um lugar à parte, na iconografia dos nossos santos, a Tomé, de quem herdamos, por força da profissão, a curiosidade e a dúvida. Como Tomé, precisamos ver para crer. E, como os mercadores de Toledo que atormentavam a D. Quixote, o mais voraz dos cavaleiros, com seus pedidos de prova de que não havia no mundo todo donzela mais formosa do que a sem par Dulcinéia del Toboso, terrivelmente prosaicos, estamos sempre a pedir provas de tudo, para desespero dos contribuintes que a si mesmos se proclamam as delícias do gênero humano em matéria de honestidade. Se, por definição, somos assim, a nós é que ninguém venha contar sem as provas na mão que entre os contribuintes só há gente honesta e honrada; que as classes conservadores, em princípio tão eficientes quanto respeitáveis, são as mais sacrificadas do país; que os operários e os comerciários gozam

já de uma situação excelente em relação aos patrões; e que há um desvelo enorme pela instrução pública, pela higiene e pela alimentação de nossas populações, ou que a questão social no Brasil se reduz a um simples caso de polícia.

Não, não acreditamos. E não acreditamos, não porque não vemos, mas precisamente porque vemos; porque, bem-vindos aqui, mal recebidos acolá, sempre remexendo e bisbilhotando estamos em toda a parte. Pode haver no Brasil muitos lugares, para onde os governos nunca tenham enviado professores, médicos, alimentação, assistência social. Duvido porém, que haja um só recanto habitado no país onde nunca tivesse estado um agente fiscal. Somos, infelizmente, os antipáticos cartões de visita da administração. E também as maiores vítimas dos ódios e ressentimentos que ela provoca.

O funcionário e a Justiça Social

Meus colegas, meus amigos.

Ao tomar conhecimento das proporções d'este almôço, que ia reunir em torno de mim a unanimidade da classe, por mais que me sentisse tentado a succumbir de importância, não cheguei a convencer-me que somente a estima e o aprêço com que sempre se distinguistes, somados à oportunidade de minha eleição para o mais alto cenáculo cultural do país, fôsem bastante para operar o milagre desta esplêndida unanimidade. Para tanto era preciso algo mais: era preciso que se tratasse de uma classe onde não medrassem a inveja e a mesquinha. Sim, está aqui em parte a explicação. Entre nós a mesquinha e a inveja nunca medraram a ponto de impedir a unanimidade em torno de um colega. Por que? Por que a argila de que somos feitos é melhor do que a de que foram feitos os homens de outras classes? Nada disso. A explicação é outra. Razoavelmente remunerados, podendo dar relativo conforto à família e aos nossos filhos, vivendo uma vida remediada ao abrigo da miséria, despreocupados até certo modo das incertezas do dia de amanhã, concientes da utilidade social de nossas funções, não temos por que invejar, não temos — talvez seja mais exato dizer não tínhamos — por que maldizer e imprecisar. Nem ganhamos tão pouco que os ricos nos possa mcorromper, nem tanto que tenhamos de afrontar a miséria e a maldição dos pobres. Neste sentido, só temos a deplorar que não ocorra com as outras classes, às de cima como as de baixo, o que ocorria com a nossa. Eu, por mim, não compreende, absolutamente não compreende que os benefícios que desfrutamos e que a inflação tem alarantemente reduzido, e anulado não possam ser desfrutados por todos. E me recuso terminantemente a acreditar que no mundo em que vivemos, sempre haja de haver riqueza e miséria, ricos e pobres, os ricos afrontando os pobres com a sua opulência e os pobres sobressaltando os ricos com o seu rancor. Isto não deve continuar. Não se trata de dividir a miséria. O de que se trata é de melhor dividir a riqueza.

Quanto a nós, economicamente não temos reivindicações a fazer, senão aquelas que decorreram da inflação. O que tínhamos nos bastava. Não precisávamos ter mais. Não podíamos, não devíamos ter menos.

As derrubadas

Estamos com todos os nossos problemas de classe resolvidos?

Ainda não. Falta resolver muitos aspectos morais de nossa situação. Assim como estamos protegidos por lei contra os sobressaltos da miséria, precisamos também que uma nova tradição moral a jurídica nos resguarde dos sobressaltos da vida pública, quando agirmos não como fiscais, mas como cidadãos. E' preciso que as mudanças de governo no Brasil não sejam matematicamente acompanhadas das clássicas e indecorosas derrubadas que conhecemos, as quais, com as suas demissões, remoções e transferências por motivos políticos, disfarçados sob côr de conveniência do serviço público, constituem, desde o Império um dos espetáculos mais degradantes do país.

Fato curioso: para ingressarmos na carreira tudo quanto exigem de nós que prestemos concurso com os quais provemos a nossa competência, e atestados de boa conduta com os quais provemos o nosso bom caráter. Só uma coisa não exigem de nós: o compromisso de apoiar política e incondicionalmente os governos. Entretanto, quando queremos honrar êsses atestados, como cidadãos, podemos ter a quase certeza de que vai começar para nós a *via-crucis* das perseguições. Raramente se vê alguém demitido por falta de exação no cumprimento do dever. São, porém, milhares os que já sofreram castigo na União, nos Estados e nos municípios por crime de opinião. Aliás, êste destino não é um privilégio da nossa classe. E' a sina de todo o funcionalismo civil, a quem êsses sessenta anos de Império e cinquenta de República, só têm pedido politicamente subserviência e bajulação, com todo o seu melancólico cortejo de conhecidas repercussões no aráter nacional.

O mal que tudo isso nos tem feito! O mal que tudo isso tem feito ao país, com a velharegra de fazer do funcionário o primeiro para o castigo na hora das derrotas partidárias, e o último para os benefícios das vitórias na hora das recomposições! Na aparência, o drama isolado de um indivíduo demitido ou removido por motivos políticos nenhum dano pode causar ao Estado todo poderoso, com as explosões de sua cólera. Mas é preciso não esquecer que atrás dêsse indivíduo, solidários com êle, estão os membros da família a quem êle dá pão e agasalho; estão os parentes que êle auxilia de um modo e de outro modo, graças ao velho hábito brasileiro de solidariedade familiar; — estão, também, os amigos em cujo coração não se tenham embotado os sentimentos de justiça e de humanidade. Não importa que o Estado nada tenha a recear dêsses cinquenta, cem, ou mil indivíduos mais ou menos anônimos. O que importa é o mal-estar social que êles provocam com a sua inconformidade e o seu desespero.

Abordo êste tema — quero que isto fique bem claro — sem nenhum propósito demagógico de oposição, sobretudo de oposição ao governo atual. Êle não é a causa próxima ou remota desta situação. Já a encontrou enraizada nos nossos hábitos administrativos. Estou expondo apenas um fato que nos interessa a todos independentemente de nossas convicções políticas, um fato que não é do presente, mas de um passado que não queremos que volte à tona, que não nos atinge hoje, mas que pode voltar a nos atingir amanhã.

De resto, conhecendo como conheço os sentimentos da classe com relação ao atual governo, eu profanaria o sentido da homenagem que me tributais, se me prevalecesse do momento para censurar-lhe neste ponto ao chefe, de quem a classe, comoclasa, no plano dos seus direitos econômicos e funcionais — e com que prazer o proclamo! — só tem recebido assistência e benefícios.

Bem outro é meu propósito.

Estamos em véspera de grandes transformações sociais e políticas. E seria deplorável que por falta de uma advertência amanhã o Estado, que nunca hesita em lançar mão de grandes verbas orgamentárias para manter a ordem, viesse a hesitar em adotar as medidas necessárias à preservação social dos germens dos descontentamentos que preparam o terreno ao cataclisma das revoluções. Minha intenção é retomar aqui a campanha que iniciei em 1936, em Pôrto Alegre, pelas reivindicações dos funcionários públicos, como cidadãos. Realmente, foi em 1936, já reintegrado em Pôrto Alegre no lugar de onde parti em 1932, portanto, sem nenhuma reivindicação pessoal a fazer, que, com diretor da "Fôlha da Tarde", dei início à campanha, batendo-me, à revelia do meu partido, de todos os partidos, a favor da reintegração imediata dos funcionários públicos, estaduais e municipais, demitidos em onsequência da revolução constitucionalista de 1932. Tenho, pois, presumo ter alguma autoridade para voltar ao assunto. Muito embora esteja certo de que os artigos que então escrevi nada tenham acrescentado ao meu renome literário, não estou menos certo também que nunca e mminha rápida carreira de jornalista tive oportunidade de prestar melhores serviços ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. E se mais não fiz pelo meu Estado e pelo meu país, é por que não pude ou por que não me deixaram, que boa vontade e espírito público e desejo de me tornar socialmente útil nunca me faltaram, — e confio em Deus — nunca me faltarão.

*

* *

Hoje, porém, não é dia de falar em ressentimentos e malogros. E' dia, sim, para falar em alegria e solidariedade. Eu vos disse de comêço que poucas vêzes em minha vida experimentei maior satisfação do que aquela que me veio, há vinte anos, de minha nomeação para a classe a que pertengo. Asseguro-vos que a minha satisfação de agora, por merecer, como homem de letras, os vossos aplausos, e como colega a vossa estima, não é menor. Estou mesmo em afirmar que esta pela sua significação moral veio suplantar aquela. Lamento apenas já não poder expandir-me da mesma maneira. E' que, quando da minha nomeação eu ainda podia saltar, pular, berrar, as minhas emoções perfeitamente ao abrigo das censuras. Tinha vinte e um anos e não era acadêmico. Agora, porém, que os meus cabelos começam a encanecer preciso guardar a medida e a conveniência que correspondem ao fardão e à investidura. Por dentro eu posso estar queimando. Por fora é preciso que eu me mantenha frio, polido, amável, cortês, para embora piscando os olhos arrasados de emoção, agradecer-vos esta homenagem com a fórmula clássica e perfeitamente acadêmica dos fins de banquete: obrigado, muitíssimo obrigado, a todos vós, meus colegas, meus amigos".